

Dívida ativa cresce Cr\$ 948 milhões no mês de junho

Técnicos da Secretaria da Fazenda de São Paulo anotaram na Dívida Ativa do Estado, somente neste mês, 25.814 débitos, no valor de Cr\$ 948 milhões. A maior parte desses débitos, declarados pelos devedores nas Guias de Informação e Apuração do ICM, teve seu prazo de recolhimento normal vencido até o dia 31 de março último. Na primeira quinzena de junho, os devedores receberam um Aviso-Guia, preenchido por processamento de dados, que descreve o débito e mais as parcelas relativas ao acréscimo mensal (2% por mês de atraso), acréscimo de 10% relativo à inscrição na Dívida Ativa e, ainda, a correção monetária do imposto.

O Aviso-Guia corresponde a uma Guia de Recolhimento já preenchida, cuja finalidade é proporcionar ao contribuinte a informação da inscrição da dívida e oferecer-lhe a oportunidade de liquidá-la, antes que ela seja encaminhada à cobrança judicial, quando novos ônus financeiros incidirão sobre o débito. Os avisos encaminhados neste mês têm o prazo de vencimento marcado para 30 de junho e os valores neles consignados podem ser pagos nas agências do Banco do Estado de São Paulo situadas no município onde o devedor está estabelecido.

A inscrição de débitos na Dívida Ativa e a emissão de Avisos-Guias é realizada mensalmente pela Secretaria da Fazenda, com o uso de computadores, no máximo 60 dias após o

vencimento do prazo de recolhimento. Só em 1977 já foram inscritos débitos de ICM que, com os acréscimos financeiros, montam a um total de Cr\$ 3.109 milhões.

Ainda neste mês, foram ajuizados para cobrança executiva cerca de 5 mil débitos do ICM, no valor aproximado de Cr\$ 190 milhões, vencidos até o mês de fevereiro último. Esse ajuizamento refere-se também a débitos declarados pelos contribuintes e é feito periodicamente 45 dias após sua inscrição na Dívida Ativa do Estado. Ao ajuizamento corresponde um novo acréscimo financeiro de 10% sobre o valor do débito e os documentos necessários a essa fase de cobrança são emitidos automaticamente pelo computador, compreendendo a expedição do Registro de Distribuição, Petição de Ajuizamento, Mandado Judicial e relatórios de acompanhamento do débito ajuizado.

ALAGOAS

O secretário da Fazenda de Alagoas, Semião Lins, disse que foram arrecadados naquele Estado, nos primeiros cinco meses deste ano, Cr\$ 362,9 milhões com o ICM. Segundo o secretário, a quantia arrecadada no período é superior à que foi obtida em 16 meses, entre janeiro de 1974 e abril de 1975, e também à receita do exercício de 1975. Com base nesses dados, conclui o secretário Semião Lins: "Não se deve duvidar de um Estado que tem recursos que os próprios recursos humanos desconhecem".